

MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA

GTF CAMPO MAIOR
2014



PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

CADERNO II



Índice

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.....	4
1.1. ENQUADRAMENTO NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.....	4
1.2. ENQUADRAMENTO NO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL.....	6
2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS.....	7
2.1. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS.....	7
2.2. CARTOGRAFIA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL.....	9
2.2.1. PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL.....	9
2.2.2. RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL	10
2.3. PRIORIDADES DE DEFESA	11
3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI	13
3.1. TIPOLOGIA DO CONCELHO.....	13
3.2. OBJETIVOS E METAS.....	13
3.3. EIXO ESTRATÉGICO 1 – AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS	14
3.4. EIXO ESTRATÉGICO 2 – REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS	41
3.5. EIXO ESTRATÉGICO 3 – MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS ..	48
3.6. EIXO ESTRATÉGICO 4 – RECUPERAR E REABILITAR OS ECOSISTEMAS	56
3.7. EIXO ESTRATÉGICO 5 – ADOÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ	58

***Lista de Abreviaturas***

ABVCM	Associação de Bombeiros Voluntários de Campo Maior
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
CDOS	Comando Distrital de Operações de Socorro
CNOS	Comando Nacional de Operações de Socorro
CMDF	Comissão Municipal de Defesa da Floresta
CMPC	Comissão Municipal de Proteção Civil
CODIS	Comandante Distrital de Operações de Socorro
COM	Comandante Operacional Municipal
COS	Comandante de Operações de Socorro
COS07	Carta de Ocupação de Solo 2007
DFCI	Defesa da Floresta Contra Incêndios
EDP	Empresa de Eletricidade de Portugal
GNR	Guarda Nacional Republicana
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza das Florestas
INE	Instituto nacional de Estatística
MAI	Ministro da Administração Interna
PCO	Posto de Comando Operacional
PDM	Plano Diretor Municipal
PGF	Plano de Gestão Florestal
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta
PME	Plano Municipal de Emergência
REFER	Empresa Rede Ferroviária Nacional
REN	Empresa Redes Energéticas Nacionais
REPC	Rede Estratégica de Proteção Civil
ROB	Rede Operacional de Bombeiros
SF	Equipa de Sapadores Florestais
SMPC	Serviços Municipais de Proteção Civil



1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

1.1. ENQUADRAMENTO NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

Segundo dados da Estratégia Nacional para as Florestas, durante o século XX a área de espaços florestais arborizados aumentou muito significativamente, atingindo em 1995 um valor máximo de 3,3 milhões de hectares (aproximadamente 38% do território nacional).

Ainda segundo o mesmo documento, uma estimativa relativa a 2001, apontava o valor de 1,3 mil milhões de euros como sendo a produção económica total anual efetiva da floresta no Continente, não descontando as externalidades negativas.

Relativamente ao Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo, este propõe o ordenamento dos espaços florestais norteado por uma visão de futuro: espaços florestais sustentáveis e multifuncionais, onde se complementam as atividades tradicionais dos montados, as novas potencialidades provenientes da diversificação das espécies florestais e o aproveitamento dos elementos notáveis da paisagem que propiciem projetos integrados fornecendo novas oportunidades de gestão e rendimento.

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios estabeleceu e estruturou de forma objetiva, uma intervenção concertada de curto e médio prazos, numa lógica de otimização do valor do património coletivo e da minimização das perdas sociais, assumindo como períodos temporais para o desenvolvimento das políticas sectoriais e para a concretização dos objetivos e ações os períodos entre 2006 e 2012 e entre 2012 e 2018.

Este instrumento de planeamento florestal estabeleceu como metas:

1. Diminuir de forma significativa os incêndios com área superior a 1 hectare;



2. Eliminar incêndios com área superior a 1000 hectares;
3. Efetuar a primeira intervenção em menos de 20 minutos em 90% das ocorrências;
4. Eliminar tempos de primeira intervenção superiores a 60 minutos;
5. Diminuir para menos de 0,8% a área ardida anual de povoamentos florestais;
6. Diminuir para número anual inferior a 75, as ocorrências ativas durante mais de 24 horas;
7. Diminuir a taxa de reacendimentos para 0,5% das ocorrências totais.

O PMDF, estabelece um quadro de responsabilidades no campo da prevenção, vigilância, pré-supressão e supressão de incêndios, definindo objetivos e ações relevantes, metas e responsabilidades a atribuir aos diferentes agentes públicos e privados, sendo a sua fiscalização da responsabilidade da Guarda Nacional Republicana, Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, Autoridade Nacional de Proteção Civil, Câmara Municipal e Vigilantes da Natureza, sendo as infrações detetadas, punidas de acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 17/2009, de 14 de janeiro.

A elaboração do PMDF é sustentada nas características específicas do território a que este respeita, nomeadamente as decorrentes da sua Natureza urbana e rural, assim como das funções dominantes desempenhadas pelos espaços florestais existentes. Neste seguimento surge a necessidade de enquadrar este PMDF no âmbito do Sistema de Gestão Territorial e no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Este plano está então de acordo com os seguintes diplomas:

- Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro (Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial);
- Decreto-Lei n.º 310/2003 de 10 de Dezembro (Alteração ao DL n.º 380/99 de 22 de Setembro);
- Lei 48/98 de 11 de Agosto (bases da política do ordenamento do território e do urbanismo);
- Lei N.º 54/2007 de 31 de Agosto (1.ª alteração à Lei 48/98 de 11 de Agosto);
- Lei 58/2007 de 4 de Setembro (PNPOT);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2001 (Plano Sectorial da Rede Natura 2000);



- Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2007 de 26 de Maio (PNDFCI)
- Decreto-Lei n.º 204/1999 de 9 de Junho (PROF do Alto Alentejo);
- Decreto-Lei 124/2006 de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 17/2009 de 14 de Janeiro (SNDPCI);

Para além destes diplomas foram também respeitadas as orientações técnicas oportunamente emitidas pelos serviços do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, nomeadamente pela DGRF, da mesma forma que está o mesmo plano enquadrado pelas orientações técnicas para a recuperação de áreas ardidas definidas pelo Conselho Nacional de Reflorestação.

A estratégia geral que se pretende seguir com este plano é conseguir, de uma forma geral, resolver os problemas do concelho em relação a estas matérias de incêndios florestais, envolvendo todas as entidades que estão representadas na Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF).

Tendo presente a sua função operacional, o PMDF poderá ser atualizado permanentemente. Para tal, serão consolidadas e integradas as diferentes ações de prevenção e proteção da floresta propostas pelos agentes locais, entregando ao Presidente da Câmara Municipal a responsabilidade política de coordenação e apoio ao funcionamento destas ações, coadjuvado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Campo Maior, e apoiado pela Unidade Orgânica Flexível – Divisão de Obras Urbanismo, pelo Serviço Municipal de Proteção Civil e pelo Gabinete Técnico Florestal.

A elaboração do PMDF de Campo Maior é da responsabilidade da CMDF de Campo Maior.

1.2. ENQUADRAMENTO NO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL

O PMDFCI foi elaborado em consonância com o Plano Diretor Municipal (PDM), Plano Setorial da Rede Natura 2000 e demais Instrumentos de Gestão Territorial atualmente em vigor.



2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

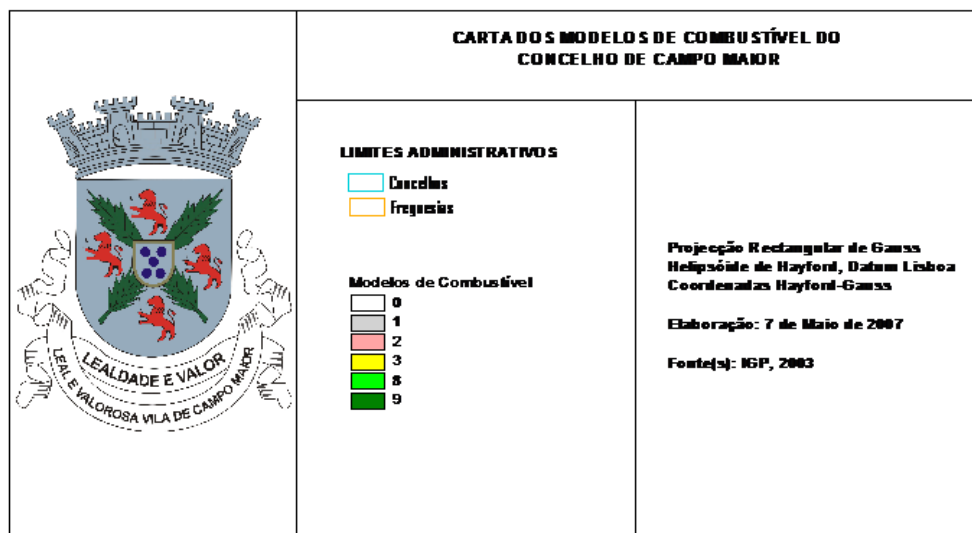
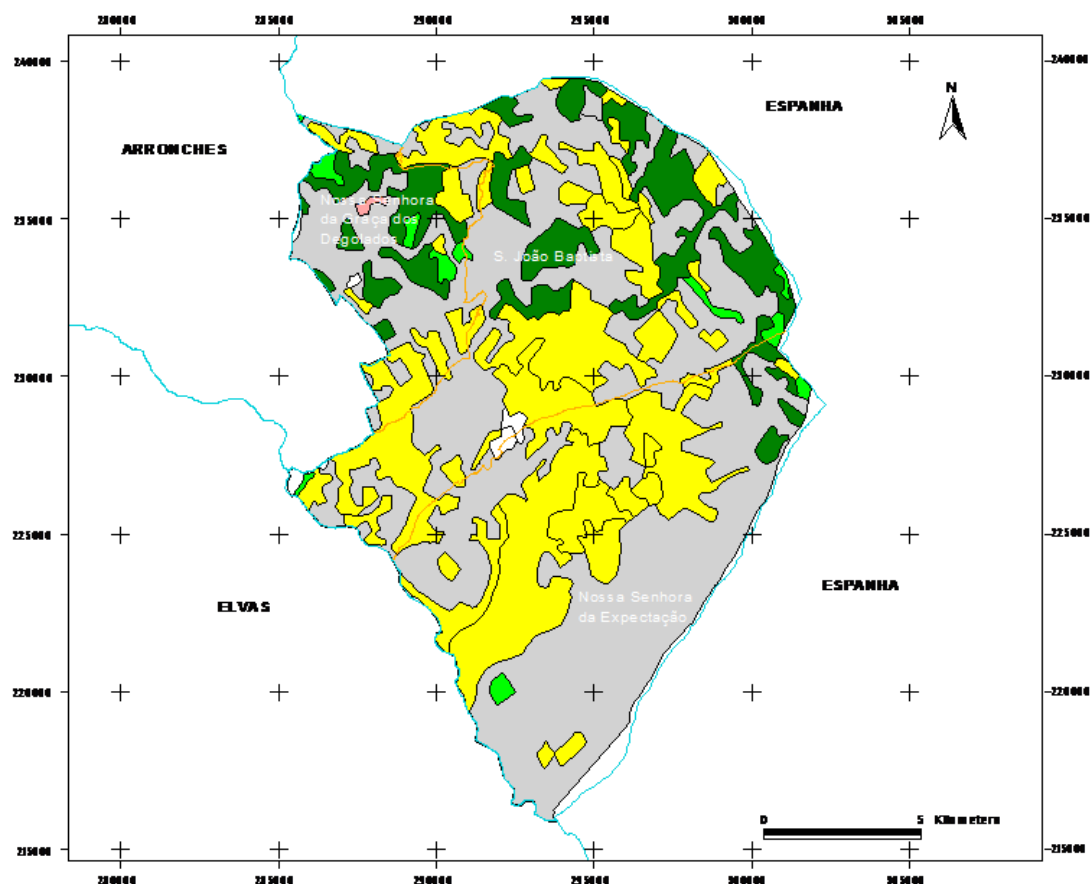
2.1. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS

Um combustível florestal, é por simples definição, todo o material orgânico, vivo ou morto, que pode arder num incêndio florestal (ADAI, 2005). As propriedades dos combustíveis determinam o comportamento do fogo e os seus impactes, o que torna a descrição destes um parâmetro fundamental no processo de gestão da floresta (FERNANDES *et al.*, 2006).

Os modelos de combustível providenciam uma representação qualitativa e quantitativa de várias propriedades físicas e químicas dos tipos de vegetação florestal, e permitem avaliar a variabilidade do comportamento do fogo devido à variação das propriedades físicas do combustível, que caracteriza os diversos tipos de formações de vegetação florestal nos nossos ecossistemas (BOTELHO *et al.*, 1990; FREIRE *et al.*, 2002), estando essencialmente vocacionados para o uso em sistemas de predição do comportamento do fogo baseados no modelo de propagação de Rothermel (FERNANDES *et al.*, 2002). Traduzem-se por um conjunto de parâmetros relativos a um determinado tipo de vegetação com características conhecidas.

Relativamente aos combustíveis e sua caracterização, no concelho de Campo Maior o que existe na sua grande maioria são campos cerealíferos, montados, muitos olivais e alguns matos. São as formações herbáceas e algumas arbustivas que propagam o fogo neste concelho, atingindo grandes velocidades de propagação em dias quentes e ventosos (Mapa 1).

Este mapa pode ser utilizado em modelos de comportamento do fogo e por outro lado pode servir de apoio à decisão relativamente à localização de áreas prioritárias de silvicultura preventiva no âmbito da DFCI.



Mapa nº 1 – Modelos de Combustíveis Florestais

Fonte: IGP, 2003



2.2. CARTOGRAFIA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

Esta cartografia é composta por dois mapas: Mapa de perigosidade de incêndio florestal onde a perigosidade é o produto da probabilidade e da suscetibilidade e Mapa de risco de incêndio florestal em que o risco é o produto da perigosidade pelo dano potencial, ou, de forma mais desagregada, o produto da perigosidade com a vulnerabilidade, e o valor.

2.2.1. PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL

Segundo FERNANDES (2004) a perigosidade do fogo pode ser avaliada em função da intensidade do fogo. Cada uma das cinco classes de perigosidade exige distintos meios e estratégias de combate ao incêndio.

Classe	Intensidade do fogo, kW/m	Descrição e interpretação
1 - Reduzida	< 500	Fogo de superfície de baixa intensidade. Facilmente controlável por ataque direto com equipamento de sapador.
2 - Moderada	500 – 2 000	Fogo de superfície de intensidade moderada. Controlo moderadamente fácil com meios terrestres.
3 - Elevada	2 000 – 4 000	Fogo de intensidade elevada, que em meio florestal pode envolver parcialmente as copas. O controlo é difícil e deve recorrer a meios aéreos.
4 – Muito Elevada	4 000 – 10 000	Fogo de copas, de intensidade muito elevada. O controlo da frente é muito difícil.
5 - Extrema	> 10 000	Fogo de intensidade extrema. O controlo da frente é impossível.

Quadro nº 1 – Classes de perigosidade de fogo

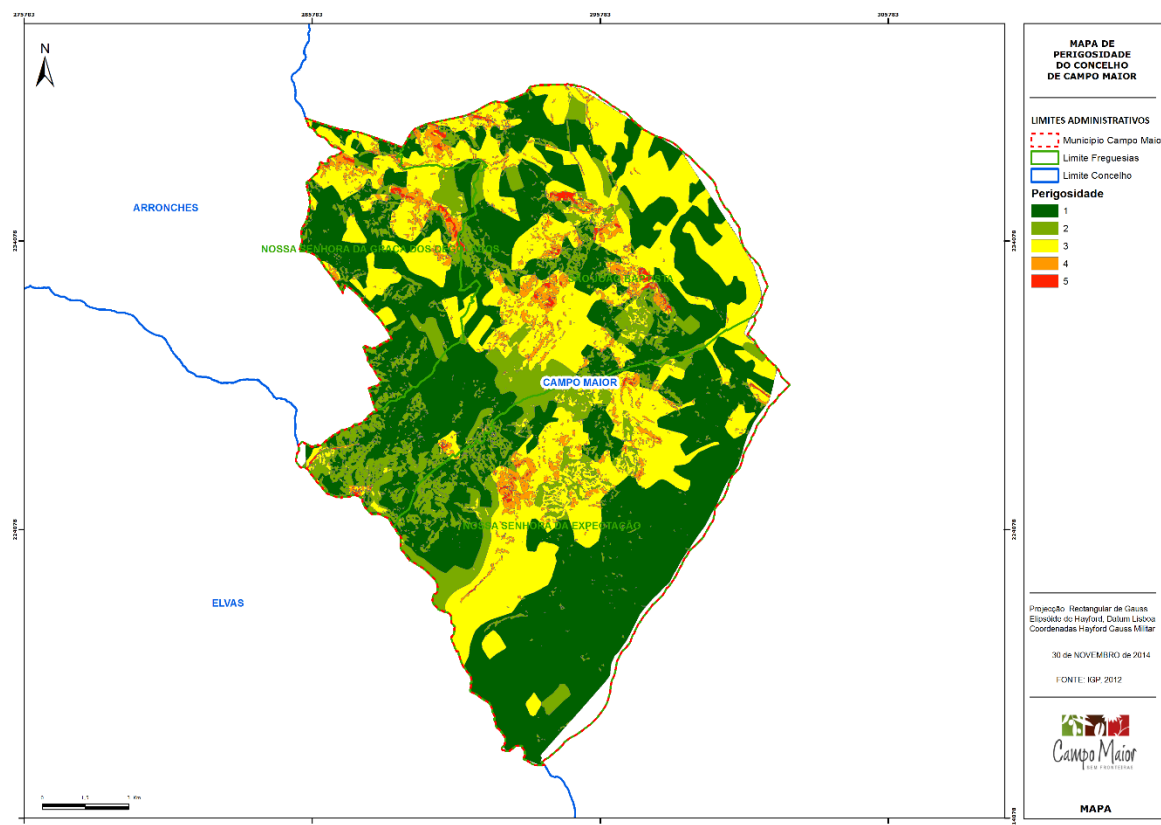
Fonte: Fernandes, 2004

Combinando a probabilidade e a suscetibilidade, este mapa apresenta o potencial de um território para a ocorrência do fenómeno. O mapa de perigosidade (Mapa 2) corresponde a um produto que muitas vezes é chamado diretamente de mapa de risco.

A definição de classes de perigosidade de incêndio (Quadro 1) por quantis conduziu a uma distribuição desequilibrada entre os diferentes níveis, devendo-se essencialmente este facto à elevada



homogeneidade espacial da zona, nomeadamente no que respeita à morfologia do território (declives e hipsometria) e ocupação do solo, que leva à concentração de valores em determinadas classes.

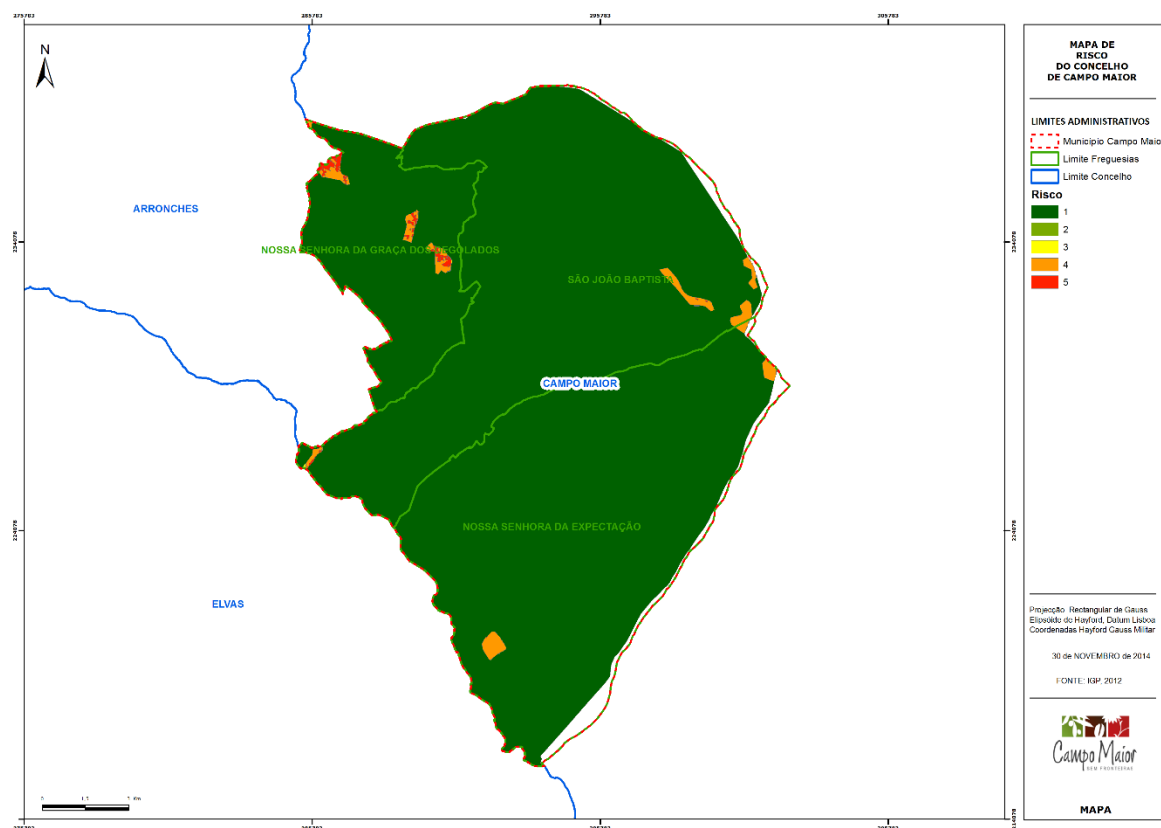


Mapa nº 2 – Perigosidade de Incêndio Florestal

Fonte: IGP, 2012

2.2.2. RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

O mapa de risco combina as componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor) para indicar qual o potencial de perda em face do fenómeno. O mapa de risco de incêndio florestal (Mapa 3) é particularmente indicado para ações de prevenção quando lido em conjunto com o mapa de perigosidade, e para planeamento de ações de supressão.

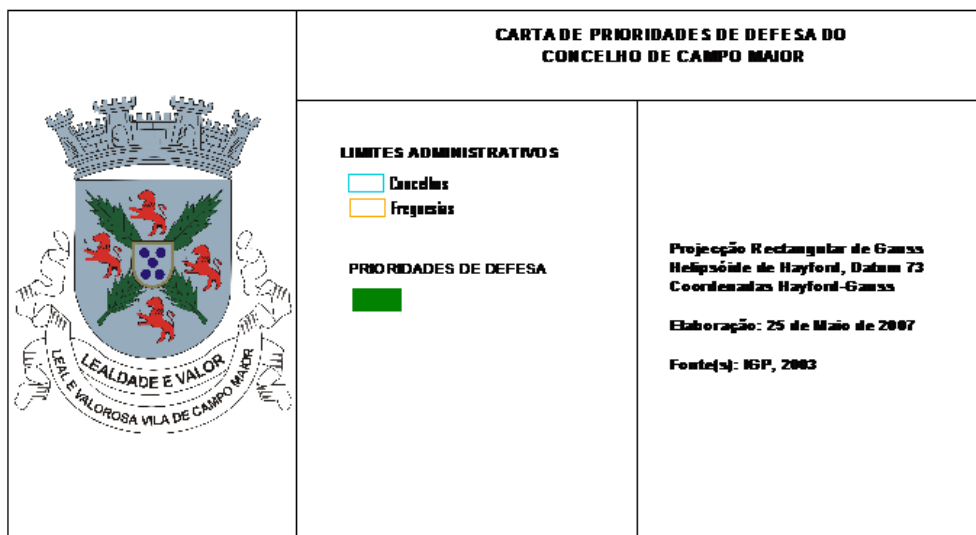
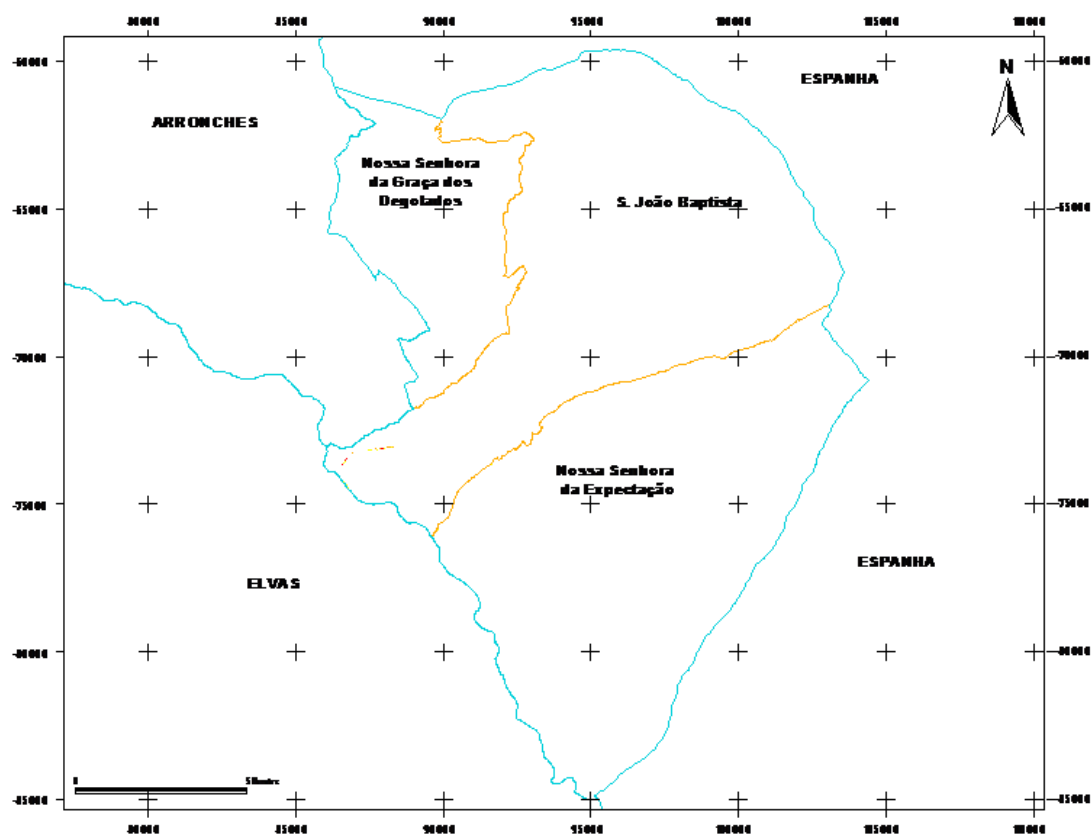


Mapa nº 3 – Risco de Incêndio Florestal

Fonte: IGP, 2012

2.3. PRIORIDADES DE DEFESA

As prioridades de defesa apresentadas, no Mapa 4 estão nas áreas florestais maiores, com risco de incêndio elevado e muito elevado. Estes pontos correspondem a pequenos povoamentos muito densos, em zona muito declivosa e afastados do CB local.



Mapa nº 4 – Prioridades de Defesa

Fonte: IGP, 2003



3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI

3.1. TIPOLOGIA DO CONCELHO

O concelho de Campo Maior é, em termos de DFCI, definido pelo ICNF como de tipologia T1, que corresponde a concelho com pouca área ardida e poucas ocorrências.

3.2. OBJETIVOS E METAS

Este plano contém as ações necessárias para a defesa da floresta contra incêndios assim como inclui a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios, como o preconizado no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei 124/2006 de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 17/2009 de 14 de Janeiro.

Para o cumprimento do disposto anteriormente, este plano está centrado nos principais eixos estratégicos definidos no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2007 de 26 de Maio, sendo eles:

- 1.º Eixo Estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.
- 2.º Eixo Estratégico – Redução a Incidência dos incêndios.
- 3.º Eixo Estratégico – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios.
- 4.º Eixo Estratégico – Recuperar e reabilitar os ecossistemas.
- 5.º Eixo Estratégico – Adaptação de uma estrutura orgânica, funcional e eficaz.

As ações que sustentam este plano satisfazem todos os objetivos e metas preconizadas nos cinco eixos estratégicos definidos no PNDP e estão organizadas e hierarquizadas em função do seu impacto esperado na resolução dos problemas do concelho de Campo Maior.



Em todos os eixos estratégicos estão avaliadas as necessidades de formação dos agentes DFCI. Foi estabelecido um programa de ação de formação profissional que direciona e potencia todos os recursos disponíveis nas diversas entidades para a consecução da sua missão.

3.3. EIXO ESTRATÉGICO 1 – AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

Neste eixo foram aplicados estrategicamente sistemas de gestão de combustível, desenvolveram-se processos que permitiram aumentar o nível de segurança das pessoas e bens, assim como se tornaram os espaços florestais mais resilientes à ação do fogo.

Foram introduzidos princípios de DFCI de modo a que tendencialmente diminui-se a área percorrida por grandes incêndios e facilita-se as ações de pré-supressão e supressão.

Este eixo está intimamente ligado ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social.

Com tudo isto está a ser seguido o disposto no n.º 1, do artigo 15.º, do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 17/2009 de 14 de Janeiro, onde se define os espaços florestais nos quais vai ser obrigatório a gestão de combustíveis junto das diferentes infraestruturas presentes e se operacionaliza ao nível do concelho de Campo Maior as faixas de gestão de combustível previstas nos níveis de planificação regional e nacional.

Para a definição das metas para as ações que consubstanciam este eixo teve-se em conta a informação base do caderno I e também os Mapas de combustível, risco de incêndio e prioridades de defesa do caderno II.

Objetivo Estratégico:



-Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas.

Objetivos Operacionais:

- Implementar programa de redução de combustíveis.

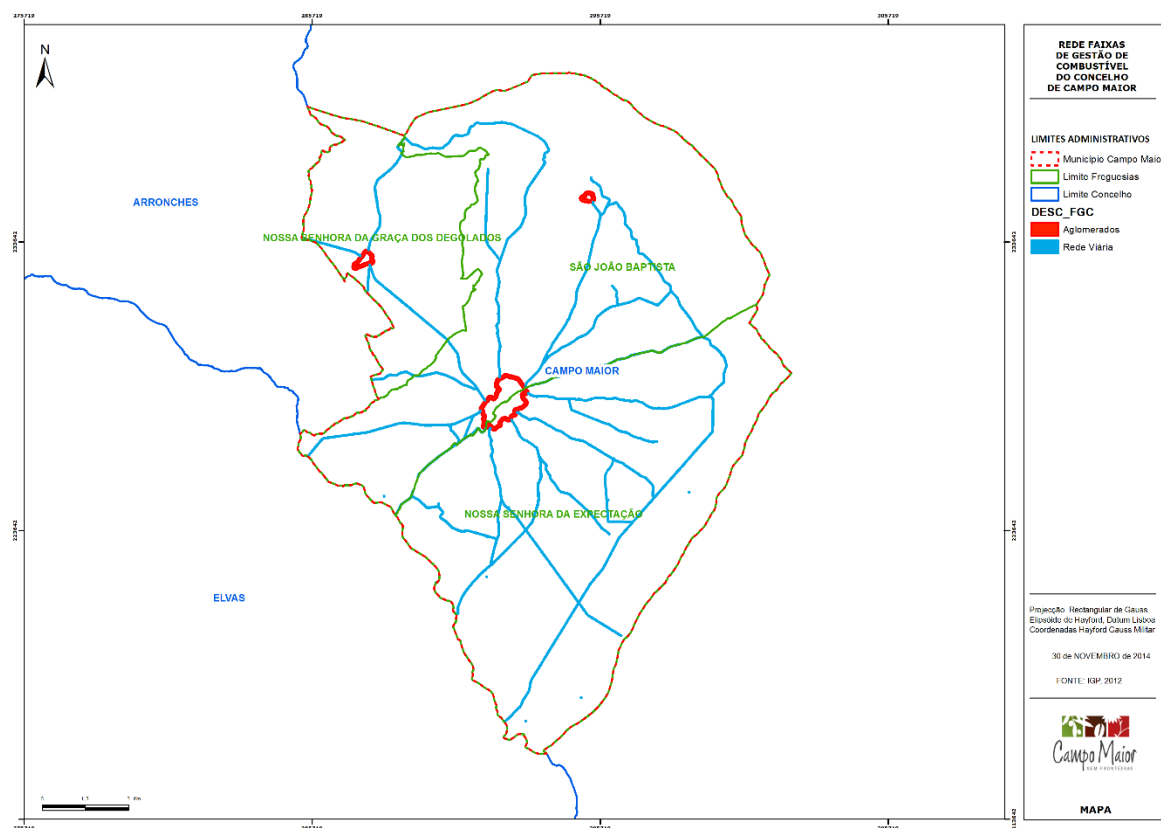
Ações:

- Criar e manter redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade de incêndios;
- Criar e manter redes de infraestruturas (rede viária e rede de pontos de água).
- Promover ações de Silvicultura no âmbito da DFCI;
- Divulgar técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais.

Descrição:

- Levantamento da Rede Regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Observando o Mapa 4 que está presente caderno, com validação no terreno e analisando o ponto 5 que fala da análise do histórico e da casualidade dos incêndios no caderno I, as necessidades do concelho, em termos de faixas de gestão de combustível, são as correspondentes à limpeza de uma faixa de 10 metros para cada lado da rede viária, conforme o disposto na alínea a), do ponto 1, do artigo 15º, do Decreto-Lei 124/2006 de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 17/2009 de 14 de Janeiro. A área corresponde a 461 hectares, como consta no quadro 2. Com esta medida haverá implicações positivas no âmbito da DFCI.



Mapa nº 5 – Rede de Faixas de Gestão de Combustível

Fonte: IGP, 2012

Segundo a alínea b), do ponto 1, do artigo 15º, do Decreto-Lei 124/2007 de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 17/2009 de 14 de Janeiro, a entidade responsável pela rede ferroviária deverá providenciar a gestão do combustível numa faixa lateral de terreno confinante numa largura não inferior a 10 metros. Segundo a alínea d), do ponto 1, do artigo 15º, do Decreto-Lei 124/2007 de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 17/2009 de 14 de Janeiro, a entidade responsável pela rede de distribuição de energia de média tensão deverá providenciar a gestão do combustível numa faixa lateral de terreno confinante numa largura não inferior a 7 metros.

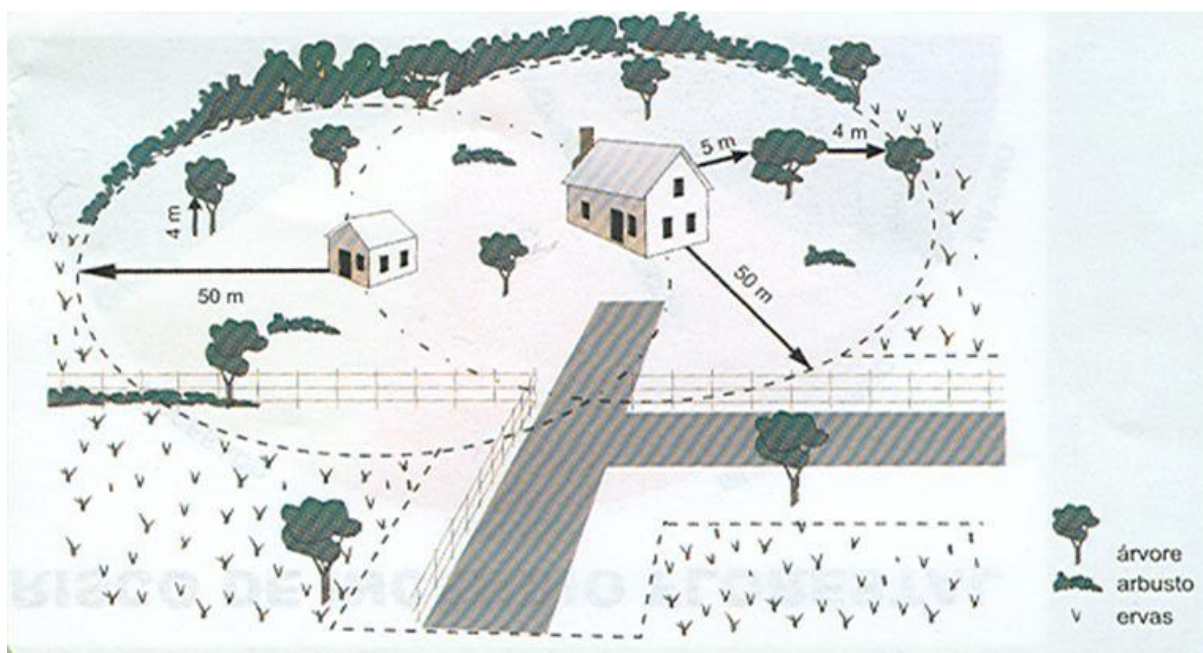
Relativamente às faixas de gestão de combustível nos aglomerados, fizeram-se as correspondentes aos aglomerados rurais, que observando o mesmo quadro do parágrafo anterior verificamos que essas

faixas representam 96 hectares. Após validação no terreno verificou-se que todas elas estão limpas e não carecem de construção, apenas de manutenção.

A construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria fora das áreas edificadas consolidadas é proibida nos terrenos classificados nos PMDFCI com risco de incêndio das classes alta ou muito alta, sem prejuízo das infraestruturas definidas nas RDFCI.

As novas edificações no espaço florestal ou rural fora das áreas edificadas consolidadas têm de salvaguardar, na sua implantação no terreno, as seguintes regras:

1. Garantir a distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m.
2. Adotar medidas especiais relativas à resistência do edifício à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respectivos acessos conforme ilustra o esquema representativo abaixo.



3. Ter um reservatório de água com a capacidade mínima de 30 m³, com dispositivo normalizado que permita um caudal de saída de 1000 l/minuto na boca de descarga do tipo storz; Possuir uma plataforma de aspiração para veículos autotanques com dimensões mínimas de 8 m por 4 m e que suporte um peso até 19 t; Possuir uma zona anexa de manobra e inversão de marcha



com uma área mínima de 250 m²; Estar dotado de dispositivos que permitam efetuar combate a incêndios através da projeção da água armazenada.

A rede viária é composta maioritariamente por estradas nacionais e municipais, como se pode observar no Mapa 6 deste caderno. Observando o quadro 4, ficha de identificação da rede viária mais importante, verificamos que temos cerca de 136 Km de rede viária.

Após esta análise, como implicações Defesa da Floresta Contra Incêndios, pode-se dizer que a rede viária está bem distribuída. Na parte Sul do concelho existem poucos pontos de água.

Quadro 2 - DISTRIBUIÇÃO POR FREGUESIA DA ÁREA OCUPADA POR DESCRIÇÃO DE FAIXAS E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

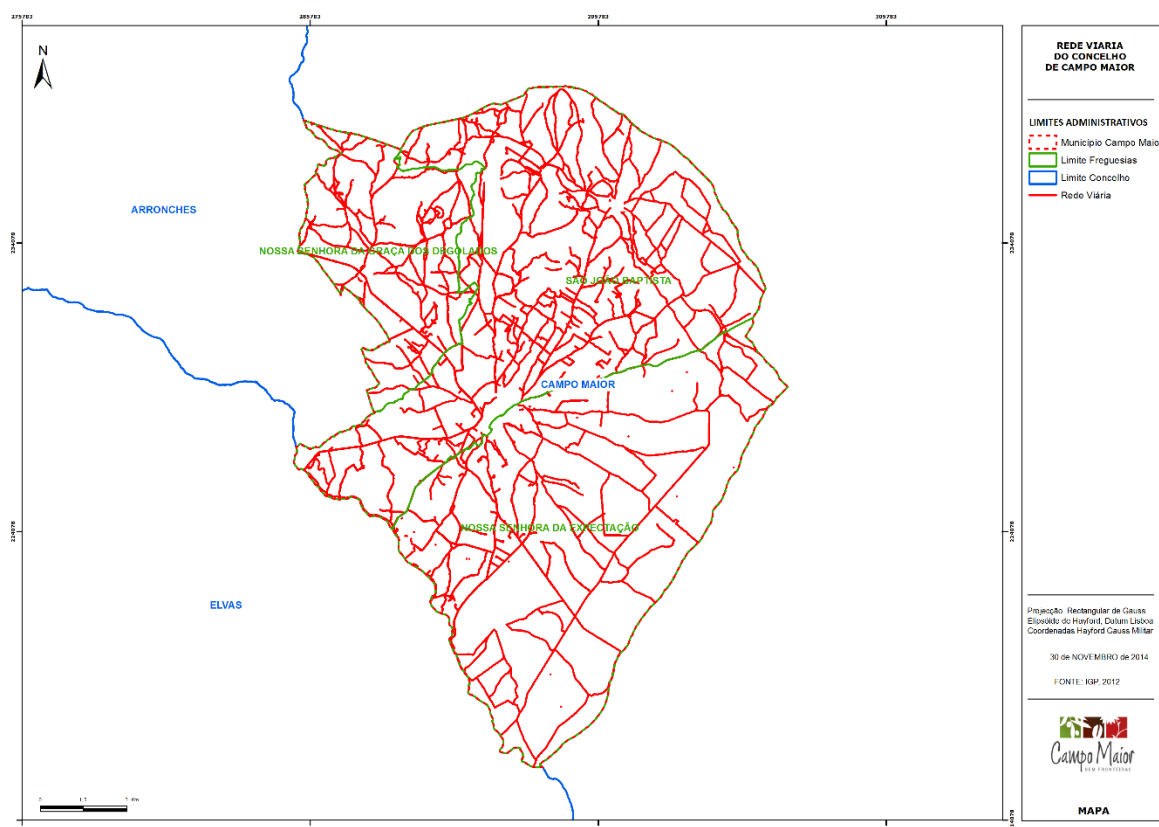
Freguesias	Código	Descrição da Faixa	Área (ha)	Percentagem
N.ª Sr.ª da Graça dos Degolados	001	Rede Viária	37	1%
	002	Aglomerados Populacionais	20	0.5%
	Sub-Total		57	1.5%
S. João Baptista	001	Rede Viária	155	1.5%
	002	Aglomerados Populacionais	44	0.4%
	Sub-Total		199	1.9%
N.ª Sr.ª da Expectação	001	Rede Viária	173	1.6%
	002	Aglomerados Populacionais	32	0.3%
	Sub-Total		205	1.9%
		TOTAL 001	365	1.5%
		TOTAL 002	96	0.4%
		TOTAL FGC	461	1.9%



Relativamente às faixas de gestão de combustível nos aglomerados, fizeram-se as correspondentes aos aglomerados rurais, cuja cartografia está representada mais à frente neste plano, FAIXA 1 à FAIXA 3. A ficha de caracterização das mesmas está no quadro 3.

Observando o quadro 2 verificamos que essas faixas representam 96 hectares. Após validação no terreno verificou-se que todas elas estão limpas e não carecem de construção, apenas de manutenção.

A rede viária é composta maioritariamente por estradas nacionais e municipais (1.ª e 2.ª ordem) e alguma rede viária florestal de 3.ª ordem (Mapa 6). Observando o quadro 5 verificamos que temos cerca de 130 Km de rede viária. A ficha de identificação da rede viária e sua distribuição está no quadro 4 e 5, respetivamente.



Mapa nº 6 – Rede Viária

Fonte: IGP, 2012

Quadro 3 – FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DAS FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL DE CAMPO MAIOR

OBJECTID	ID_R_FGC	ID_S_FGC	DATA_ACCAO	COD_INE	DESC_FGC	TIPO_FGC	OBJEC_FGC	AREA	TIPO_INTER	MEIO_EXEC	MEIO_FIN	FASE
1	1	1	16-05-2015	120402	2	FRC	2	20	SSS	5	2	1
2	2	2	16-05-2015	120401	2	FRC	2	32	SSS	5	2	1
3	3	3	16-05-2015	120403	2	FRC	2	44	SSS	5	2	1



Quadro 4 – FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA FLORESTAL

ID_RV	DATA_ACCAO	COD_INE	DESIGNACAO	OPERAC	REDE_DFCI	TIPO_PISO	COMPRIM	LARGURA	TIPO_INTER	REDE_ASSOC	COD_REDE	ACESS_PA	MEIO_EXEC	MEIO_FIN	FASE
1	22-Out-07	120402	EN371	OPER	1A	A	6407	6.3	ESI			S	7	4	1
2	22-Out-07	120402	EM1164	OPER	2	A	904	4	ESI			N	7	4	1
3	22-Out-07	120402	CM1164	OPER	2	A	1679	4	ESI			N	7	4	1
4	22-Out-07	120402	EM1110	OPER	1B	A	5215	4.9	ESI			S	7	4	1
5	22-Out-07	120403	CM1109	OPER	1B	A	7975	6	ESI			S	7	4	1
6	22-Out-07	120403	SM.2.01	OPER	2	A	1922	3.4	ESI			S	7	4	1
7	22-Out-07	120403	CM1111-1	OPER	2	A	3969	4	ESI			N	7	4	1
8	22-Out-07	120403	CM1111	OPER	2	A	8639	4	ESI			N	7	4	1
9	22-Out-07	120403	CM1124	OPER	2	A	1723	3.6	ESI			N	7	4	1
10	22-Out-07	120403	CM1124-1	OPER	2	A	818	4	ESI			N	7	4	1
11	22-Out-07	120403	EN373	OPER	1B	A	14467	6	ESI			N	7	4	1
12	22-Out-07	120403	CM1109	OPER	1B	A	5922	6	ESI			S	7	4	1
13	22-Out-07	120403	CM1112	OPER	1B	A	5607	5.7	ESI			S	7	4	1
14	22-Out-07	120403	EN371	OPER	1A	A	2666	6.3	ESI			S	7	4	1
15	22-Out-07	120403	CM1164	OPER	2	A	2302	4	ESI			N	7	4	1
16	22-Out-07	120403	SM.2.02	OPER	2	A	1025	4	ESI			N	7	4	1



PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

Caderno I

Página 22

2014-12-03

17	22-Out-07	120403	EX-EN373	OPER	1B	A	4525	5.5	ESI			N	7	4	1
18	22-Out-07	120403	CM1113	OPER	1B	A	6551	4.5	ESI			N	7	4	1
ID_RV	DATA_ACCAO	COD_INE	DESIGNACAO	OPERAC	REDE_DFCI	TIPO_PISO	COMPRIM	LARGURA	TIPO_INTER	REDE_ASSOC	COD_REDE	ACESS_PA	MEIO_EXEC	MEIO_FIN	FASE
19	22-Out-07	120403	CM1118	OPER	1B	A	722	5.8	ESI			N	7	4	1
20	22-Out-07	120403	EX-EN243	OPER	1B	A	6169	5.5	ESI			N	7	4	1
21	22-Out-07	120403	CM1117	OPER	1B	A	1407	6	ESI			N	7	4	1
22	22-Out-07	120401	EX-EN371	OPER	1B	A	9357	6	ESI			S	7	4	1
23	22-Out-07	120401	SM.1.03	OPER	1B	A	2327	5.1	ESI			N	7	4	1
24	22-Out-07	120401	CA1116	OPER	2	A	1786	4	ESI			N	7	4	1
25	22-Out-07	120401	SM.1.04	OPER	1B	A	3723	6	ESI			N	7	4	1
26	22-Out-07	120401	CM1116	OPER	1B	A	6576	5.4	ESI			N	7	4	1
27	22-Out-07	120401	CM1109	OPER	1B	A	16430	6	ESI			N	7	4	1
28	22-Out-07	120401	CM1114	OPER	1B	A	6879	6	ESI			N	7	4	1
29	22-Out-07	120401	CM1114-1	OPER	1B	A	5495	6	ESI			N	7	4	1
30	22-Out-07	120401	CM1115	OPER	1B	A	6249	5.4	ESI			N	7	4	1
31	22-Out-07	120401	CM1087	OPER	1B	A	4838	5.4	ESI			N	7	4	1
32	22-Out-07	120401	SM.2.05	OPER	2	A	3342	4	ESI			N	7	4	1
33	22-Out-07	120401	SM.2.06	OPER	2	A	6430	4	ESI			N	7	4	1
34	22-Out-07	120401	SM.2.07	OPER	2	A	2038	4	ESI			N	7	4	1

QUADRO 5 - DISTRIBUIÇÃO POR FREGUESIA DA REDE VIÁRIA

Freguesia	Classes das Vias da RVF (Rede_DFCI)		Designação da RVF	Comprimento	%
N.ª S.ª DA EXPECTAÇÃO	1.ª Ordem Fundamental	1B	EX-EN372	9357	15
	1.ª Ordem Fundamental	1B	SM.1.03	2327	4
	1.ª Ordem Fundamental	1B	SM.1.04	3723	6
	1.ª Ordem Fundamental	1B	CM1116	6576	11
	1.ª Ordem Fundamental	1B	CM1109	16430	27
	1.ª Ordem Fundamental	1B	CM1114	6879	11
	1.ª Ordem Fundamental	1B	CM1114-1	5495	9
	1.ª Ordem Fundamental	1B	CM1115	6249	10
	1.ª Ordem Fundamental	1B	CM1087	4838	8
	2.ª Ordem		CA1116	1786	13
	2.ª Ordem		SM.2.05	3342	25
	2.ª Ordem		SM.2.06	6430	47
	2.ª Ordem		SM.2.07	2038	15
	1.ª Ordem			61874	-
	2.ª Ordem			13596	-
	Sub-Total de RVF			75470	-
N.ª S.ª DA GRAÇA DOS DEGOLADOS	1.ª Ordem Fundamental	1A	EN371	6407	55
	1.ª Ordem Fundamental	1B	EM1110	5215	45
	2.ª ordem - fundamental		EM1164	904	35
	2.ª ordem - fundamental		CM11164	1679	65
	1.ª Ordem			11622	-
	2.ª Ordem			2583	-
	Sub-Total de RVF			14205	-
S.JOÃO BAPTISTA	1.ª Ordem Fundamental	1A	EN371	2666	5
	1.ª Ordem Fundamental	1B	CM1109	7975	14

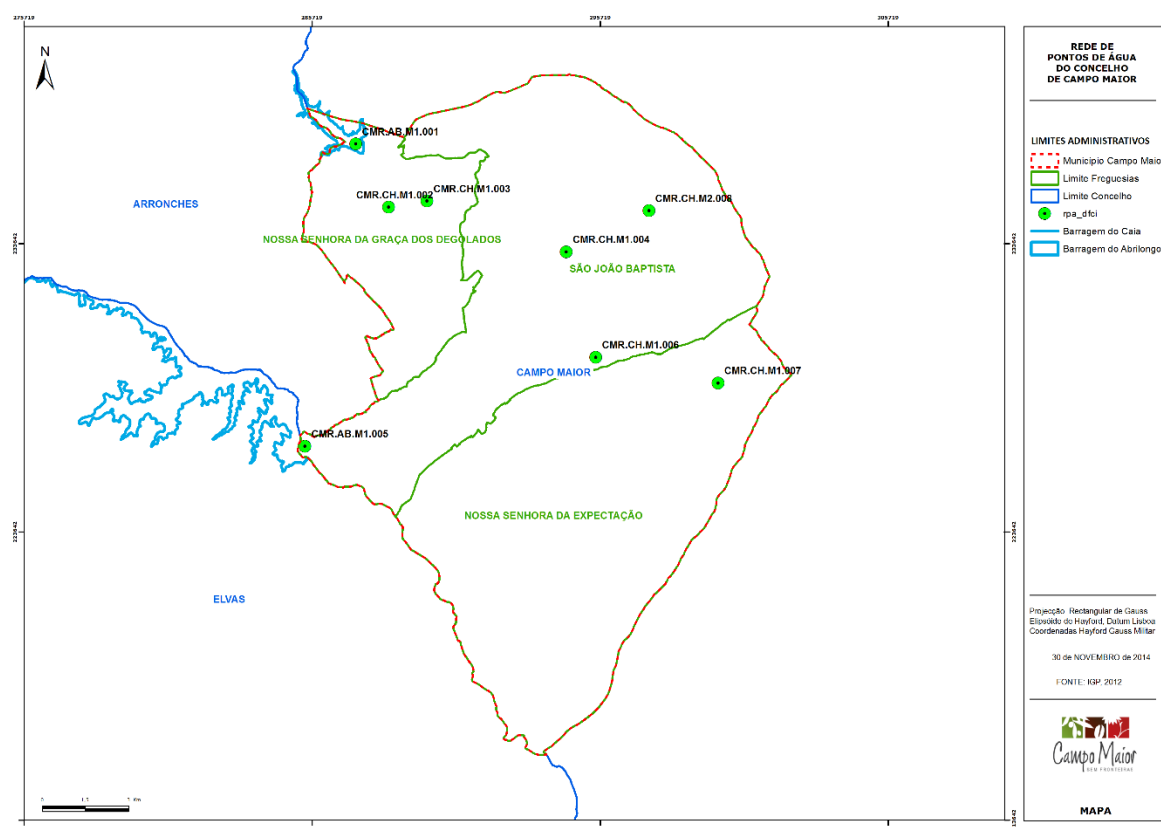


	1.ª Ordem Fundamental	1B	EN373	14467	26	
	1.ª Ordem Fundamental	1B	CM1109	5922	11	
	1.ª Ordem Fundamental	1B	CM1112	5607	10	
	1.ª Ordem Fundamental	1B	EX-EN373	4525	8	
	1.ª Ordem Fundamental	1B	CM1113	6551	12	
	1.ª Ordem Fundamental	1B	CM1118	722	1	
	1.ª Ordem Fundamental	1B	EX-EN243	6169	11	
	1.ª Ordem Fundamental	1B	CM1117	1407	3	
	2.ª Ordem		SM.2.01	1922	9	
	2.ª Ordem		CM1111-1	3969	19	
	2.ª Ordem		CM1111	8639	42	
	2.ª Ordem		CM1124	1723	8	
	2.ª Ordem		CM1124-1	818	4	
	2.ª Ordem		CM1164	2302	11	
	2.ª Ordem		SM.2.02	1025	5	
	1.ª Ordem			56011	-	
	2.ª Ordem			20398	-	
	Sub-Total de RVF			76409	-	
	Total RVF 1.ª Ordem				129507	78
	Total RVF 2.ª Ordem				36577	22
TOTAL RVF				166084	100	

Após esta análise, como implicações Defesa da Floresta Contra Incêndios, pode-se dizer que a rede viária está bem distribuída.



Em relação à rede de pontos de água, estão 8 pontos identificados, conforme quadro 6 e Mapa 7 deste caderno, mas não houve tempo útil para calcular o volume dos mesmos (Quadro 7). Será feito um esforço para entregar a informação atualizada até à entrega do POM 2015.



Mapa nº 7 – Rede de Pontos de Água

Fonte: IGP, 2012

Quadro 6 – FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DOS PONTOS DE ÁGUA

ID_PA	NOME	COD_INE	DATA_ACTLZ	COORD_X	COORD_Y	TIPO_PA	TIPO_PROP	FORMATO	LARGURA	COMPRIM
1	ALBUFEIRA DO ABRILONGO	120402	20-Out-07	287235	237098	211	PUB	2		
2	MTE DOS AZEITEIROS	120402	20-Out-07	288373	234904	214	PRI	2		
3	ADÃES	120402	20-Out-07	289710	235129	214	PRI	1		
4	MTE CABECINHA DE LEBRE	120403	20-Out-07	294547	233354	214	PRI	2		
5	ALBUFEIRA DO CAIA	120403	20-Out-07	285479	226616	211	PUB	1		
6	CABEÇA GORDA	120403	20-Out-07	295566	229697	214	PRI	3		
7	MTE DO CASTRO	120401	20-Out-07	299813	228813	214	PRI	3		
8	XÉVORA-ENXARA	120403	20-Out-07	297417	234788	214	PRI	2		



Quadro 6 – FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DOS PONTOS DE ÁGUA (continuação)

ID_PA	ALTURA	RAIO	VOL_MAX	CAPTACAO	TIPO_VIA	OPERAC	CLASSE_PA	MEIO_EXEC	MEIO_FIN	FASE	CATEGORIA	COD_SINAL	OBSERV
1				2	1B	1	M	7	4	1	1	CMR.AB.M1.001	
2				2	2. ^a	1	M	7	4	1	1	CMR.CH.M1.002	
3				2	1B	1	M	7	4	1	1	CMR.CH.M1.003	
4				2	1B	1	M	7	4	1	1	CMR.CH.M1.004	
5				2	1A	1	M	7	4	1	1	CMR.AB.M1.005	
6				2	2. ^a	1	M	7	4	1	1	CMR.CH.M1.006	
7				2	2. ^a	1	M	7	4	1	1	CMR.CH.M1.007	
8				2	2. ^a	1	T	7	4	1	2	CMR.CH.M1.008	

**Quadro 7 – CAPACIDADE DA REDE DE PONTOS DE ÁGUA POR FREGUESIA**

Freguesias	ID_PA	Código do Tipo de PA	Designação da Rede de Pontos de Água	Quantidade de PA	Volume Máximo (m3)
N.ª S.ª DA EXPECTAÇÃO	7	214	Charca	1	
N.ª S.ª DA GRAÇA DOS DEGOLADOS	1	211	Albufeira de Barragem	3	19900000
	2	214	Charca		
	3	214	Charca		
S.JOÃO BAPTISTA	5	211	Albufeira de Barragem	4	101500000
	4	214	Charca		
	6	214	Charca		
	8	214	Charca		
Áreas Florestais do Concelho (floresta + inculto) (ha)					
Densidade de Pontos de Água (n.º/ha)					

- Programa de Ação

Observando os quadros 8 e 9 deste caderno, verificamos que vão ser limpas as faixas de gestão de combustível da rede viária, 365 hectares e feita manutenção nos aglomerados populacionais rurais.

Em relação à rede viária, observando os quadros 8 e 9 deste caderno, o que se vai fazer é manutenção de todos os segmentos identificados como essenciais para a constituição da rede viária. Em relação à rede viária florestal, vão-se estabelecer contactos com os proprietários privados e preceder ao melhoramento da mesma, com o objetivo de melhorar 2000 metros por ano, a partir de 2015.

**Quadro 8** - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA OCUPADA POR DESCRIÇÃO DE FAIXAS E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO E COMBUSTÍVEL POR MEIOS DE EXECUÇÃO PARA 2015 – 2019

Freguesias	Código	Descrição da Faixa	Área (ha)	Percentagem	Meios de Execução
					005
N.ª Sr.ª da Graça dos Degolados	001	Rede Viária	37	1%	37
	002	Aglomerados Populacionais	20	0.5%	-
	Sub-Total		57	1.5%	37
S. João Baptista	001	Rede Viária	155	1.5%	155
	002	Aglomerados Populacionais	44	0.4%	-
	Sub-Total		199	1.9%	155
N.ª Sr.ª da Expectação	001	Rede Viária	173	1.6%	173
	002	Aglomerados Populacionais	32	0.3%	-
	Sub-Total		205	1.9%	173
TOTAL (ha)					365

Legenda:

005 – Meios do Município

**Quadro 9 - INTERVENÇÕES NA REDE SECUNDÁRIA DE FGC POR FREGUESIA PARA 2015 – 2019**

Freguesias	Código	Descrição da Faixa	2015		2016		2017		2018		2019	
			ACI	ASI	ACI	ASI	ACI	ASI	ACI	ASI	ACI	ASI
N.ª Sr.ª da Graça dos Degolados	001	Rede Viária	37	-	37	-	37	-	37	-	37	-
	002	Aglomerados Populacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		37	-	37	-	37	-	37	-	37	-
S. João Baptista	001	Rede Viária	155	-	155	-	155	-	155	-	155	-
	002	Aglomerados Populacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		155	-	155	-	155	-	155	-	155	-
N.ª Sr.ª da Expectação	001	Rede Viária	173	-	173	-	173	-	173	-	173	-
	002	Aglomerados Populacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		173	-	173	-	173	-	173	-	173	-
		TOTAL (ha)	365		365		365		365		365	

ACI – Área com intervenção

ASI – Área sem intervenção

Em relação à rede viária, observando os quadros 10 e 11 deste plano, as ações previstas são a manutenção de todos os segmentos identificados como essenciais para a constituição da rede viária.

Em relação à rede viária de 3.ª ordem, vão-se estabelecer contactos com os proprietários privados e proceder ao melhoramento da mesma.

**Quadro 11 – INTERVENÇÕES (CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO) POR FREGUESIA NA REDE VIÁRIA PARA 2015-2019**

Freguesia	Classe das Vias da RVF (REDE_DFCI)	Descrição da Rede Viária	2015		2016		2017		2018		2019	
			ACI	ASI	ACI	ASI	ACI	ASI	ACI	ASI	ACI	ASI
N.ª Sr.ª da Graça dos Degolados	1.ª Ordem (A e B)	Plano Nacional Rodoviário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2.ª Ordem	Rede de Estradas Municipais	1000	-	1000	-	1000	-	1000	-	1000	-
	3.ª Ordem	Rede Viária Florestal De 3ª Ordem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total da Rede Viária (m)		1000	-	1000	-	1000	-	1000	-	1000	-
N.ª Sr.ª da Expectação	1.ª Ordem (A e B)	Plano Nacional Rodoviário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2.ª Ordem	Rede de Estradas Municipais	8000	-	2000	-	2000	-	2000	-	2000	-
	3.ª Ordem	Rede Viária Florestal de 3.º Ordem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total da Rede Viária (m)		8000	-	2000	-	2000	-	2000	-	2000	-
S. João Baptista	1.ª Ordem (A e B)	Plano Nacional Rodoviário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2.ª Ordem	Rede de Estradas Municipais	4000	-	2000	-	2000	-	2000	-	2000	-
	3.ª Ordem	Rede Viária Florestal de 3.º Ordem	2000	-	2000	-	2000	-	2000	-	2000	-
	Sub-Total da Rede Viária (m)		6000	-	4000	-	4000	-	4000	-	4000	-
TOTAL			15000	-	7000	-	7000	-	7000	-	7000	-

Quanto aos pontos de água, não estão previstos melhoramentos em nenhum.

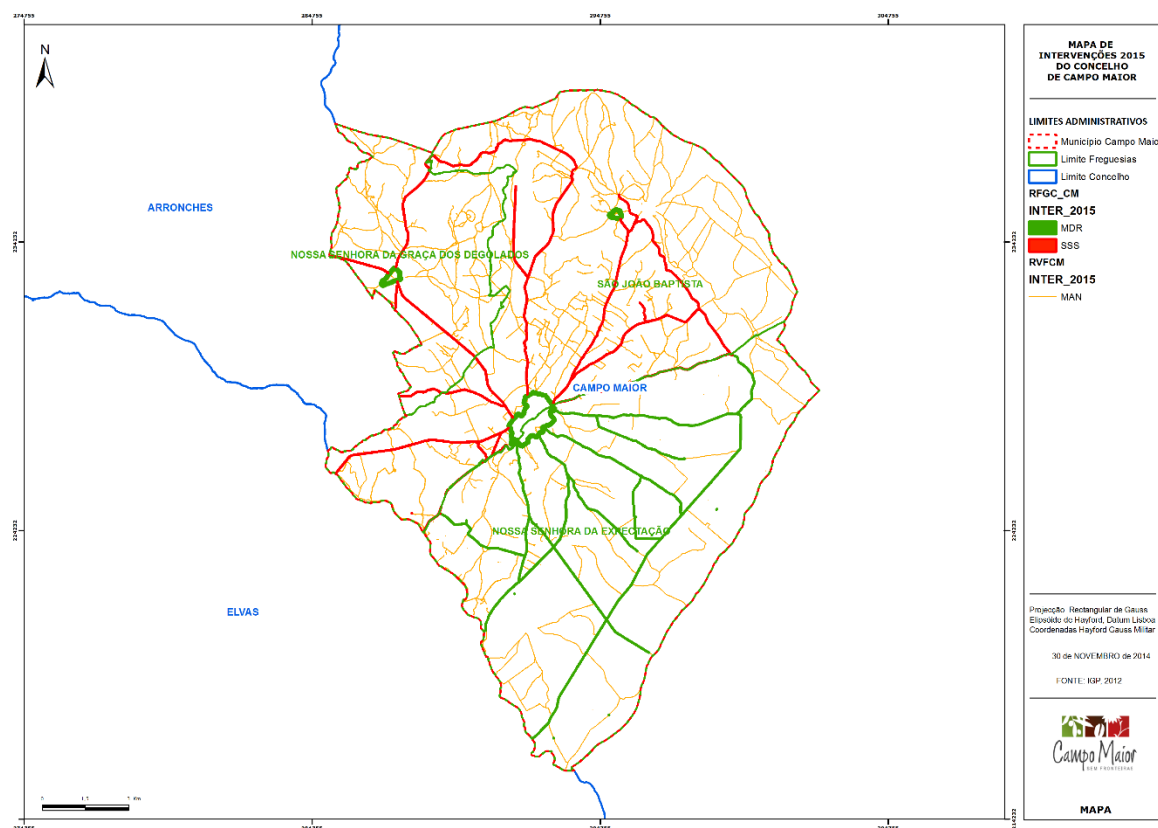


- Mapa Síntese

Observando o quadro 12 deste plano, estão as preconizadas intervenções por ano até 2019. Existem algumas faixas de Gestão que têm continuidade para outros concelhos vizinhos, nomeadamente com Elvas e Arronches. Também existe continuidade destas faixas com Espanha.

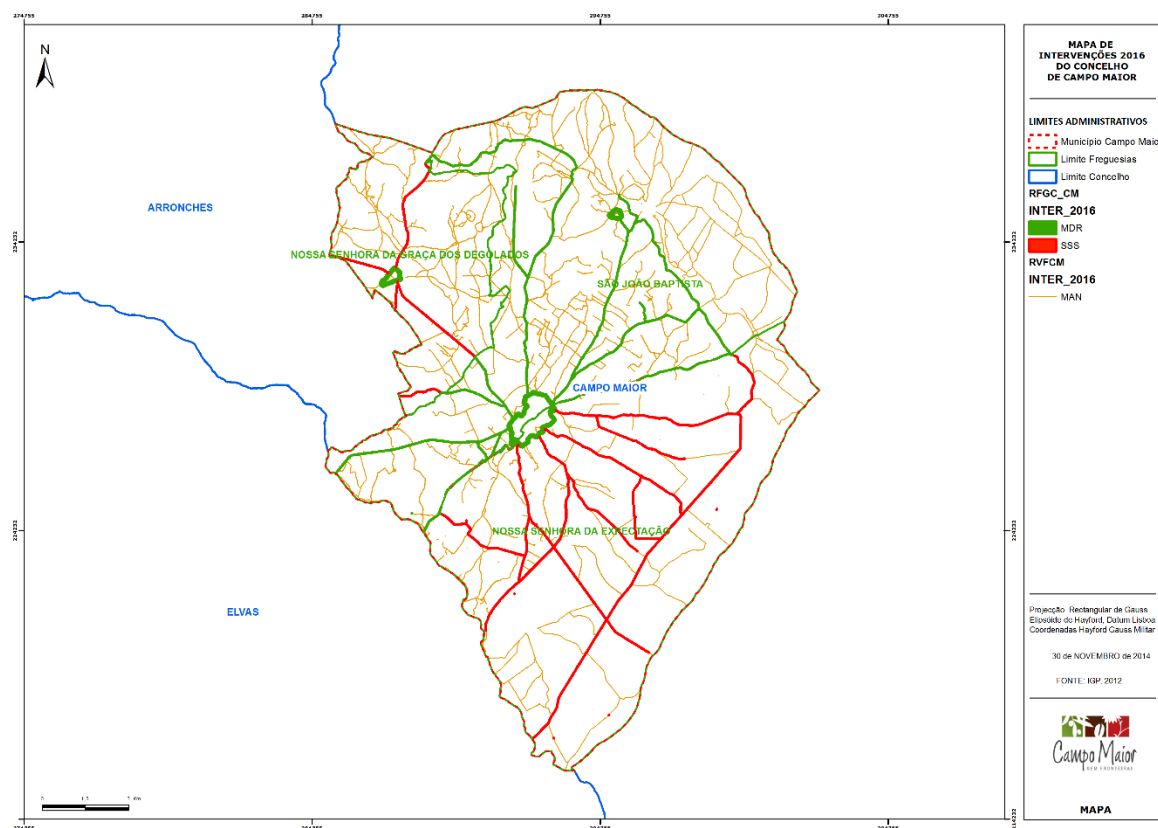
Quadro 12 – METAS E INDICADORES – AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

Ação	Metas	Unidades	Indicadores				
			2015	2016	2017	2018	2019
Implementação da Rede Secundária	Área Instalada com Recurso a Meios Mecânicos	ha	173	155	37	-	-
Manutenção da Rede Secundária	Manutenção Feita com Meios Mecânicos	ha	-	173	328	365	365
Manutenção da Rede Terciária	Manutenção Feita com Meios Mecânicos	ha	4	8	12	16	20



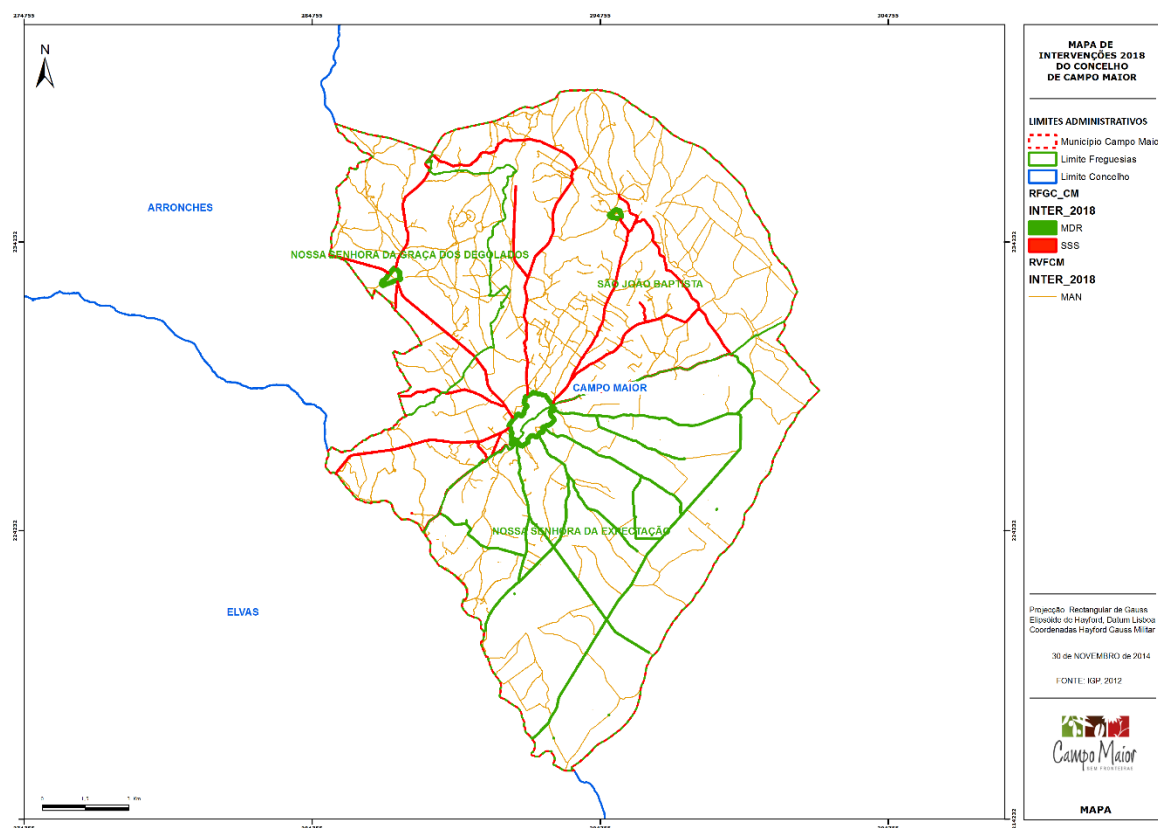
Mapa nº 8 – Mapa de Intervenções - 2015

Fonte: IGP, 2012



Mapa nº 9 – Mapa de Intervenções - 2016

Fonte: IGP, 2012



Mapa nº 11 – Mapa de Intervenções - 2018

Fonte: IGP, 2012



Relativamente a Implicações Defesa da Floresta Contra Incêndios, este programa de ação vai permitir uma melhor gestão dos combustíveis e por isso mesmo aumentar a resiliência do concelho aos fogos florestais.

Metas, Responsabilidades e Orçamento:

- Programa Operacional

Observando o quadro 12 deste caderno, observamos as metas e indicadores das ações a desenvolver. Os trabalhos começarão em 2015.

Observando o quadro 13 deste caderno, verificamos que as ações apresentadas vão ser apoiadas financeiramente pelo Município. Os 5000 euros dos anos seguintes são baseados numa estimativa da limpeza de FGC com 5 metros pelo trator do Município no ano 2013, portanto é um valor aproximado. Duplicou-se o valor por se tratar de FGC com 10 metros. Quanto à rede viária florestal dos privados, considerou-se 1 euro por metro linear de custo estimado, para manutenção da mesma.

[illegible]



3.4. EIXO ESTRATÉGICO 2 – REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS

O elevado número de ocorrências levou à necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida como um conjunto de atividades que têm por objetivo reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar. Esta prevenção atua ao nível de duas vertentes, o controlo de ignições e o controlo da propagação. Considerando que o controlo das ignições consiste em evitar que se dê início a um incêndio e que a maioria dos incêndios são causados por atividade humana, foi sobre a alteração dos comportamentos humanos relativos ao uso do fogo que se atuou.

Torna-se imperativo educar os diferentes segmentos de população no sentido de estes reconhecerem na floresta, por um lado, um património coletivo, com valor económico, social e ambiental, e por outro lado assumirem responsabilidades do seu legado às suas gerações futuras, eliminando comportamentos de risco.

Para a definição das metas para as ações que consubstanciam este eixo teve-se em conta a informação base do plano - caderno I, caracterização da população e análise do histórico e causalidade.

Objetivos Estratégicos:

- Educar e sensibilizar as populações;
- Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações.

Objetivos Operacionais:

- Sensibilização;
- Fiscalização.

Ações:

- Implementação de campanhas de sensibilização de acordo com os segmentos populacionais definidos pelas motivações e causalidade regional;



- Definir áreas críticas e prioritárias de fiscalização, tendo em consideração a identificação das principais causas e motivações de incêndio, o valor dos espaços florestais, risco de ignição, as freguesias de risco, os dias da semana e os períodos do dia de maior risco.
- Sensibilização das comunidades para os comportamentos de risco e incentivo ao envolvimento e participação na vigilância passiva;
- Mailing para as pequenas indústrias situadas nas zonas de interface com espaços florestais em áreas com elevado n.º de ocorrências;
- Divulgação das normas de conduta para caçadores e pescadores e colocação de cartazes informativos nas zonas de interface com a floresta;
- Promover o envolvimento dos estudantes na temática florestal, utilizando as experiências existentes no domínio da educação florestal e ambiental, recuperando para esta área iniciativas como a da “Ciência Viva”;

Descrição:

Para fazer uma análise ao comportamento da população analisou-se a informação base do caderno I e verifica-se que a população se encontra maioritariamente na zona urbana do concelho.

O quadro 14, mostra o diagnóstico feito pelo conhecimento geral do que acontece todos os anos. A restante informação será entregue conjuntamente com o histórico e casualidade dos incêndios.

O quadro 15, mostra a área de atuação da fiscalização que será necessária para eliminar os comportamentos de risco.

**Quadro 14 - SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO - DIAGNÓSTICO**

DIAGNÓSTICO - RESUMO

Grupo - Alvo	Comportamento de Risco				Impacto e Danos			
	O quê?	Como?	Onde (freguesia/local)?	Quando?	N.º de Ocorrências	Área Ardida	Danos	Custos
Automobilistas	Causar incêndios	Circulação em espaços florestais na época crítica lançamento de lixo pela janela do carro (latas, pontas de cigarro, vidros)	Freguesias	Época crítica				
Agricultores	Causar incêndios	Uso incorreto do fogo e consequências do uso de máquinas agrícolas com temperaturas do ar muito elevadas	Freguesias	Época crítica	Falta informação			
Caçadores	Causar incêndios	Uso incorreto do fogo	Freguesias	Época crítica	Falta informação			
População Escolar	Causar incêndios	Uso incorreto do fogo	Freguesias	Época crítica	Falta informação			

Quadro 15 - FISCALIZAÇÃO

Área de Atuação	Grupo-Alvo	Período de Atuação	Entidade Responsável	Meios Envolvidos		Atividade Desenvolvida
				Recursos Humanos	Recursos Materiais	
Concelho	População nos meios rurais e população em geral	Junho a Setembro de 2015 a 2019	GNR	3	Transporte	Fiscalização do comportamento da população com o uso do fogo.

Metas, Responsabilidades e Orçamento:

- Programa Operacional

Os quadros 16, 17, 18 e 19, deste plano, mostram as ações, metas e indicadores da sensibilização que serão necessárias para cumprir os objetivos deste eixo estratégico.



Quadro 16 – SENSIBILIZAÇÃO AOS AUTOMOBILISTAS – METAS E INDICADORES

Ação 1
Sensibilização dos automobilistas para não circular em espaços florestais na época crítica e para não lançarem lixo pela janela do carro (latas, pontas de cigarro, vidros)
Metas
Distribuição de panfletos em locais estratégicos na saída da vila
Indicadores
2000 panfletos distribuídos em 2015
2000 panfletos distribuídos em 2016
2000 panfletos distribuídos em 2017
2000 panfletos distribuídos em 2018
2000 panfletos distribuídos em 2019

Quadro 17 – SENSIBILIZAÇÃO AOS CAÇADORES – METAS E INDICADORES

Ação 2
Sensibilização dos caçadores para o uso incorreto do fogo e cuidados a ter.
Metas
Realização de encontros com as associações de caçadores do concelho
Indicadores
50% dos encontros das associações de caçadores em 2015
100% dos encontros das associações de caçadores em 2019

**Quadro 18 – SENSIBILIZAÇÃO À POPULAÇÃO ESCOLAR – METAS E INDICADORES**

Ação 3
Sensibilização da população escolar para o uso incorreto do fogo
Metas
Realização de sessões de esclarecimento em todas as escolas do concelho
Indicadores
20% das escolas com sessões de esclarecimentos em 2015
40% das escolas com sessões de esclarecimentos em 2016
60% das escolas com sessões de esclarecimentos em 2017
80% das escolas com sessões de esclarecimentos em 2018
100% das escolas com sessões de esclarecimentos em 2019

Quadro 19 – SENSIBILIZAÇÃO AOS AGRICULTORES – METAS E INDICADORES

Ação 4
Sensibilização dos agricultores para os perigos de utilização das máquinas agrícolas na época crítica e quais os cuidados a ter.
Metas
Realização de encontros com as associações de agricultores do concelho
Indicadores
1 encontro com a Associação de Beneficiários do Caia em 2015
1 encontro com a Associação de Olivicultores em 2016
1 encontro com a CERSUL em 2017

O quadro 20 mostra os orçamentos e responsáveis para executar as ações previstas anteriormente. Os valores foram baseados na campanha realizada na Primavera de 2014.



Ação	Metas	2015		2016		2017		2018		2019	
		Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis
1	Distribuição de Panfletos em locais estratégicos na saída de Campo Maior	400	Município	400	Município	400	Município	400	Município	400	Município
	Sub-Total	400		400		400		400		400	
2	Realização de encontros com as associações de caçadores do concelho	400	Município	400	Município	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total	400		400							
3	Realização de sessões de esclarecimento em todas as escolas do concelho	500	Município	500	Município	500	Município	500	Município	500	Município
	Sub-Total	500		500		500		500		500	
4	Realização de encontros com as associações de agricultores do concelho	300	Município	300	Município	300	Município	-	-	-	-
	Sub-Total	300		300		300		-		-	
TOTAL		1600		1600		1200		900		900	
Total 2015-2019		6200									



O quadro 21 mostra as metas e indicadores para as ações previstas de fiscalização, que serão as necessárias para cumprir os objetivos deste eixo estratégico.

Quadro 21 - FISCALIZAÇÃO - METAS E INDICADORES

Ação	Metas	Indicadores				
		2015	2016	2017	2018	2019
Fiscalização do comportamento da população em todo o concelho	Fiscalização das 3 freguesias durante o Período crítico	Degolados, Expectação e S. J. Baptista	Degolados, Expectação e S. J. Baptista	Degolados, Expectação e S. J. Baptista	Degolados, Expectação e S. J. Baptista	Degolados, Expectação e S. J. Baptista

O quadro 22, mostra os orçamentos e responsáveis para executar as ações previstas de fiscalização.

Os valores apresentados são baseados apenas nos panfletos.

Quadro 22 - FISCALIZAÇÃO – ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS

Ação	Metas	2008		2009		2010		2011		2012	
		Orça-mento	Respon-sáveis	Orça-mento	Respon-sáveis	Orça-mento	Respon-sáveis	Orça-mento	Respon-sáveis	Orça-mento	Respon-sáveis
Fiscalização do comportamento da população em todo o concelho	Fiscalização das 3 freguesias durante o período crítico	-	GNR	-	GNR	-	GNR	-	GNR	-	GNR
TOTAL		-		-		-		-		-	

TOTAL DO EIXO ESTRATÉGICO 2**6200**



3.5. EIXO ESTRATÉGICO 3 – MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS

A organização de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva de meios deve ter em conta a disponibilidade dos recursos, por forma a garantir a deteção e extinção rápidas dos incêndios, antes que eles assumam grandes proporções, sobretudo tendo em conta que este desafio poderá ser agravado pelos ciclos climáticos.

A definição prévia de canais de comunicação, formas de atuação, levantamento das responsabilidades e competências das várias forças e entidades presentes, irá contribuir para uma melhor e mais eficaz resposta de todos à questão dos incêndios florestais.

Para a definição das metas para as ações que consubstanciam este eixo teve-se em conta a informação base do caderno I, caracterização climática e análise do histórico e causalidade dos incêndios assim como informação relativa à rede regional de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI).

Objetivos Estratégicos:

- Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com meios de 1ª intervenção;
- Reforço da capacidade de 1ª intervenção;
- Reforço do ataque ampliado;
- Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós incêndio.

Objetivos Operacionais:

- Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado;
- Estruturar o nível municipal e distrital da 1ª intervenção;
- Reforçar a eficácia do combate terrestre ao nível municipal e distrital;
- Garantir a correta e eficaz execução da vigilância após rescaldo.
- Garantir a correta e eficaz execução da vigilância após rescaldo.

Ações:

- Executar a inventariação dos meios e recursos existentes e o respetivo plano de reequipamento;
- Identificar todos os sistemas de vigilância e deteção, responsabilidades, procedimentos e objetivos;



- Elaborar mapas de visibilidade para os postos de vigia;
- Definir procedimentos de mobilização de meios para cada nível de alerta.

Descrição:

O quadro 23, deste caderno, mostra todas as entidades que fazem prevenção de incêndios e respetivas áreas de atuação. Este quadro estará em permanente atualização nos Planos Operacionais Municipais.

Quadro 23 - LISTAGEM DE ENTIDADES ENVOLVIDAS EM CADA ACÇÃO

Ação	Entidade	Identificação da Equipa	Área de Atuação (Sectores Territoriais)	Recursos Humanos (n.º)	Período de Atuação
Vigilância e Detecção	B.V. Campo Maior	B.V. Campo Maior	S120401	5	2015-2019
	GNR	EPNA (4) EPF (2) Posto de Campo Maior (20)	S120401	26	2015-2019
Primeira Intervenção	B.V. Campo Maior	B.V. Campo Maior	S120401	5	Todo o Ano
Combate	B.V. Campo Maior	B.V. Campo Maior	S120401	35	Todo o Ano
Rescaldo	B.V. Campo Maior	B.V. Campo Maior	S120401	35	Todo o Ano
Vigilância Pós-Incêndio	B.V. Campo Maior	B.V. Campo Maior	S120401	35	Todo o Ano

O quadro 24, mostra o inventário de equipamento. Este quadro estará em permanente atualização nos Planos Operacionais Municipais.

**Quadro 24 - INVENTÁRIO DE EQUIPAMENTO E FERRAMENTA DE SAPADOR POR ENTIDADE**

Ação	Entidade	Identificação da Equipa	Viatura		Equipamento Hidráulico de Supressão		Ferramenta de Sapador	
			N.º	4x4, 4x2	N.º	Tipo	N.º	Tipo
Vigilância e Detecção	GNR	GNR	4	2 (4x4); 2 (4x2)				
	B.V. Campo Maior	B.V. Campo Maior	1	4x4	1	Kit 2500 LITROS	1 6 2	enxada batedores bombas de sala (10l)
Primeira Intervenção	B.V. Campo Maior	B.V. Campo Maior	1	4x4	1	Kit 2500 LITROS	1 6 2 1	enxada batedores bombas de sala (10l) pá
Combate	B.V. Campo Maior	B.V. Campo Maior	1	4x2	1	KIT 5000 LITROS	2	enxada
			1	4x4	1	KIT 2500 LITROS	6	batedores
					1	KIT 10000LITROS	2 1	bombas de sala (10l) pá
Rescaldo	B.V. Campo Maior	B.V. Campo Maior	1	4x4	1	Kit 5000 LITROS	2	enxada
					1	Kit 2500 LITROS	6	batedores
					1	Kit 10000LITROS	2 1	bombas de sala (10l) pá

O quadro 25, mostra o levantamento da maquinaria pesada. Este quadro estará em permanente atualização nos Planos Operacionais Municipais.

Quadro 25 - MAQUINARIA PESADA

Descrição da Maquinaria pesada	Quantidade de Maquinaria	Custo Aluguer (€/hora)	Nome do Proprietário	Contacto	Localização
Auto Grua Pesada	1	-	GNR	268 637 730	Destacamento da GNR de Elvas
Camião	1 Pesado 1 Ligeiro	-	CMCM	Boaventura 96 2747 050	Parque de Máquinas Municipal
Retro escavadoras	2	-	CMCM		Parque de Máquinas Municipal
Tratores	3	-	CMCM		Parque de Máquinas Municipal
Pá de rastos	1	-	CMCM		Parque de Máquinas Municipal

O quadro 26, mostra as funções e responsabilidades de cada entidade envolvida na prevenção de incêndios.

Quadro 26 - DISPOSITIVOS OPERACIONAIS – FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

Funções e Responsáveis	Entidades	Informação e Educação	Patrulhamento e Fiscalização	Vigilância	1.ª Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância Pós-Incêndio	Despistagem das causas
Corporação de Bombeiros	x			x	x	x	x	x	
Programas Ocupacionais - VJF				x					
GNR - SEPNA	x		x	x					x
Polícia Judiciária									x

Metas, Responsabilidades e Orçamento:

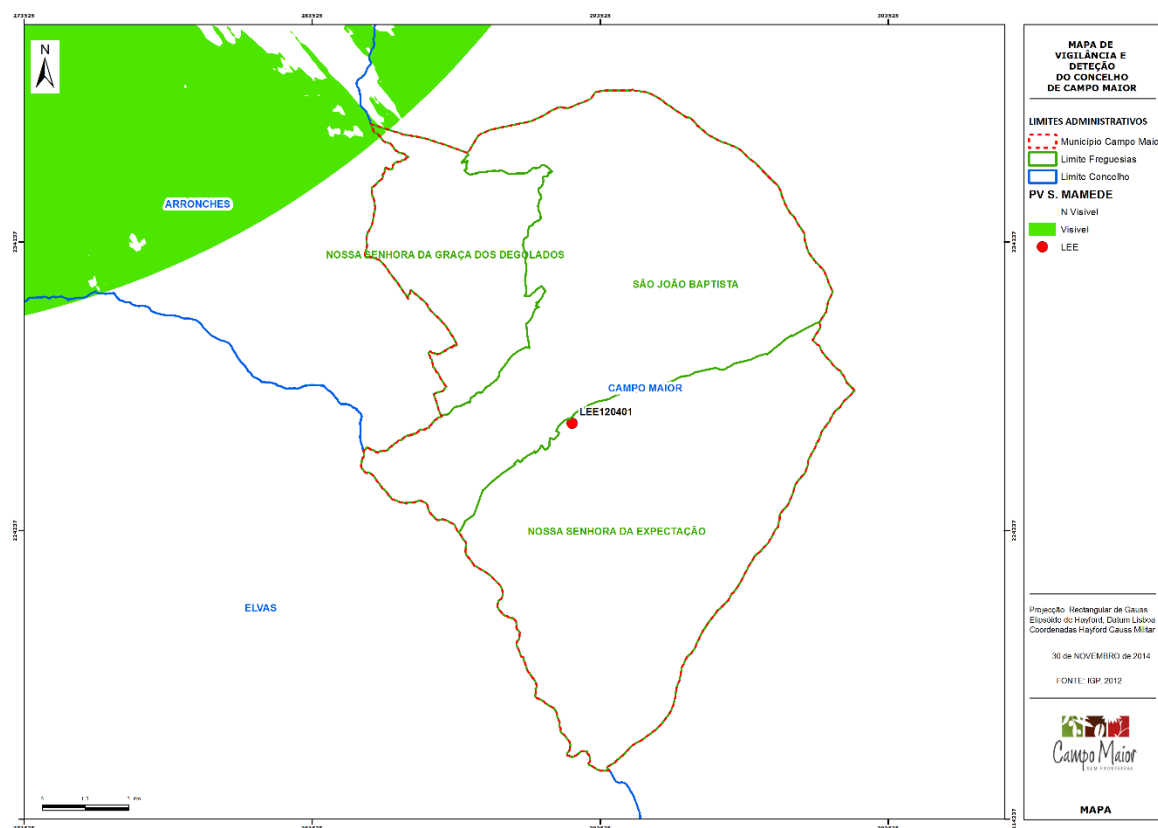
- Programa Operacional

O quadro 27, deste plano, mostra as metas e indicadores para as ações previstas de vigilância e deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio, que serão as necessárias para cumprir os objetivos deste eixo estratégico.

**Quadro 27 – VIGILÂNCIA E DETECÇÃO, 1.ª INTERVENÇÃO, COMBATE, RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS-INCÊNDIO – METAS E INDICADORES**

Ação	Metas	Unidades	Indicadores				
			2015	2016	2017	2018	2019
Vigilância e Detecção	Diminuir a área ardida por Km2	ha/km2	<5	<5	<5	<5	<5
	Coordenação entre as entidades - resposta ao alerta em menos de 2 minutos	Minutos	<5	<4	<3	<2	<2
	Diminuir o número de ocorrências por Km2	N.º	<1	<1	<1	<1	<1
Primeira Intervenção	Fazer a 1.ª intervenção em menos de 20 minutos	Minutos	<20	<20	<20	<20	<20
Combate	Evitar a propagação dos incêndios - incêndios > 100 ha	N.º	1	1	1	1	1
Rescaldo	Evitar reacendimentos	N.º	2	2	0	0	0
Vigilância Pós-Incêndio	Evitar reacendimentos	N.º	2	2	0	0	0

O quadro 28, deste plano, mostra os orçamentos e responsáveis para as ações previstas de vigilância e detecção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio, que serão as necessárias para cumprir os objetivos deste eixo estratégico.



Mapa nº 13 – Mapa de Vigilância e Detecção

Fonte: IGP, 2012

**Quadro 28 - VIGILÂNCIA E DETECÇÃO, 1.ª INTERVENÇÃO, COMBATE, RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS-INCÊNDIO – ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS**

Ação	Metas	2015		2016		2017		2018		2019	
		Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis
Vigilância e Detecção	Diminuir a área ardida por Km2		BVCM; GNR	1000	BVCM; GNR	1000	BVCM; GNR	1000	BVCM; GNR	1000	BVCM; GNR
	Coordenação entre as entidades - resposta ao alerta em menos de 2 minutos	30000	BVCM; GNR	1000	BVCM; GNR	1000	BVCM; GNR	1000	BVCM; GNR	1000	BVCM; GNR
	Diminuir o número de ocorrências por Km2	30000	BVCM; GNR	1000	BVCM; GNR	1000	BVCM; GNR	1000	BVCM; GNR	1000	BVCM; GNR
	Sub-Total	60000		3000		3000		3000		3000	
Primeira Intervenção	Fazer a 1.ª intervenção em menos de 20 minutos	1500	BVCM	1500	BVCM	1500	BVCM	1500	BVCM	1500	BVCM
	Sub-Total	1500		1500		1500		1500		1500	
Combate	Evitar a propagação dos incêndios - incêndios > 100 ha	-	BVCM	-	BVCM	-	BVCM	-	BVCM	-	BVCM
	Sub-Total	-		-		-		-		-	



Rescaldo	Evitar reacendimentos	-	BVCM	-	BVCM	-	BVCM	-	BVCM	-	BVCM
	Sub-Total	-		-		-		-		-	
Vigilância Pós-Incêndio	Evitar reacendimentos	-	BVCM; GNR	-	BVCM; GNR	-	BVCM; GNR	-	BVCM; GNR	-	BVCM; GNR
	Sub-Total	-		-		-		-		-	
TOTAL		61500		4500		4500		4500		4500	
Total 3º Eixo estratégico		79500									



3.6. EIXO ESTRATÉGICO 4 – RECUPERAR E REABILITAR OS ECOSISTEMAS

A recuperação de áreas ardidas é o primeiro passo para tornar os ecossistemas mais resilientes aos incêndios florestais. Esta reabilitação do território requer dois níveis de atuação: de emergência, para evitar a degradação de recursos e infraestruturas (consolidação de encostas, estabilização de linhas de água, recuperação de caminhos, entre outras ações) imediatamente após a ocorrência do incêndio, e de médio prazo, infraestruturando e requalificando os espaços florestais de acordo com princípios de Defesa da Floresta Contra Incêndios, aproveitando a janela de oportunidade que os incêndios apesar de tudo criam para alterações estruturais no território e no sector.

Nas intervenções de emergência são estabelecidas prioridades e tipos de intervenção em função da natureza e severidade dos impactos do fogo, incluindo a opção de não intervenção. Neste caso, são focados especialmente o controlo de erosão em escarpas e taludes, a avaliação das zonas suscetíveis a deslizamentos das camadas superficiais do solo, as necessidades de correção fluvial (estabilização de margens) e de enquadramento paisagístico de redes viárias (taludes de estradas e linhas de caminho de ferro) e, por fim, a consolidação de escarpas.

É considerado ainda o disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 17/2009 de 14 de Janeiro prevendo-se medidas especiais de avaliação e de intervenção na rede viária florestal onde seja necessário aplicar uma faixa mínima de 25 metros para remoção dos materiais queimados nos incêndios.

Objetivo Estratégico:

-Recuperar e reabilitar os ecossistemas.

Objetivos Operacionais:

- Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios;
- Implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.

Ações:



- Avaliar as necessidades potenciais de ações de emergência e de reabilitação para evitar a degradação de recursos e infraestruturas a curto e médio prazo;
- Avaliar a capacidade de recuperação do território municipal em caso de incêndio;
- Calendarização da elaboração de um plano municipal de áreas ardidas.

Descrição:

O planeamento municipal de defesa da floresta contra incêndios tem de avaliar e identificar, para todo o território em causa, a vulnerabilidade dos ecossistemas face aos incêndios florestais, com base na capacidade potencial de regeneração da vegetação após o fogo e no risco de degradação potencial do solo assim como a prioridade territorial para a execução das ações em caso de incêndio florestal.

A avaliação da necessidade de intervenções de emergência e propostas de ações a realizar no curto e médio prazos, atende designadamente aos seguintes fatores:

- a) Conservação do solo e da água;
- b) Conservação de espécies e habitats;
- c) Recolha de arvoredo danificado que represente um risco para a segurança de pessoas e bens;
- d) Recolha de salvados e proteção fitossanitária dos povoamentos florestais;
- e) Proteção da regeneração da vegetação e controlo das espécies invasoras;
- f) Proteção dos patrimónios edificado e arqueológico.

O quadro 29 mostra o orçamento previsto para execução de alguns trabalhos de recuperação e reabilitação dos ecossistemas no concelho de Campo Maior, numa média de 2000 euros por ano.

Quadro 29 – ORÇAMENTO

TOTAL DO 4.º EIXO ESTRATÉGICO (2014-2019)	10000 €
--	----------------



3.7. EIXO ESTRATÉGICO 5 – ADOÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

A integração dos eixos estratégicos deste plano apenas será possível através da integração dos esforços das múltiplas instituições e agentes envolvidos na DFCI. Esta integração requer uma organização que viabilize o trabalho de equipa e avalie os resultados das suas ações.

A atribuição de responsabilidades, no âmbito da DFCI, obriga a que cada uma das entidades envolvidas defina uma forma de organização interna capaz de satisfazer, de forma consequente, com um elevado nível de resposta no cumprimento das missões que lhes são atribuídas.

Ao nível municipal e no que refere à definição de políticas e orientações no âmbito da DFCI, a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDf) é o elo de ligação das várias entidades, sendo o PMDF o instrumento orientador das diferentes ações.

Objetivo Estratégico:

- Operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

Objetivo Operacional:

- Fomentar as operações de DFCI;
- Garantir o necessário apoio técnico e logístico.

Ações:

- Integrar o planeamento anual de cada entidade, tendo também em conta a visão supra municipal;
- Definir o organograma/quadro com todas as entidades existentes no Município com competências ao nível dos diferentes eixos estratégicos do PMDF, explicitando as suas atribuições e principais responsabilidades na execução das ações do plano;
- Definir o prazo de vigência do PMDF, de acordo com a alínea d), da portaria n.º 1139/2006 de 25 de Outubro;
- Identificar as componentes do PMDF que constituem o Plano Operacional Municipal (POM);



- Definir os procedimentos e a periodicidade da monitorização e revisão do PMDF e a atualização anual do POM;
- Planificar as reuniões da CMDF e estabelecer a data anual de aprovação do POM.
- Estabelecer o processo de monitorização do PMDF, incluindo a contribuição de cada entidade para a elaboração de relatório anual de avaliação e recomendações de melhoria do plano.

Descrição:

Para cumprir os objetivos propostos a CMDF vai reunir pelo menos 4 vezes por ano como previsto no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que consta na Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006 de 26 de Maio. A reunião de aprovação do POM será agendada para a última Sexta-Feira do mês de Março de cada ano.

O quadro 30 mostra todas as entidades com competências nos diferentes eixos estratégicos e suas respetivas atribuições.

**Quadro 30 – ENTIDADES EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR COM COMPETÊNCIAS NOS DIFERENTES EIXOS ESTRATÉGICOS**

Atribuições e Responsabilidades	Informação e Educação	Patrulhamento e Fiscalização	Vigilância	1.ª Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância Pós-incêndio	Despistagem das causas	Execução das FGC e Construção e Manutenção da RV e PA	Reabilitar e recuperar os ecossistemas
Entidades										
Corporação de Bombeiros	x		x	x	x	x	x			
Município de Campo Maior	x								x	x
GNR – SEPNA	x	x	x					x		
Polícia Judiciária								x		
ICNF	x									x
Juntas de Freguesia			x						x	x
Proprietários Privados			x						x	x
Exército	x		x		x					



Segundo a alínea d), da portaria n.º 1139/2006, de 25 de Outubro, este PMDF terá vigência de 5 anos.

A monitorização do plano será feita anualmente com a elaboração de um relatório anual, balanço e recomendações, pelos membros da CMDF.

O quadro 31 mostra a estimativa orçamental prevista para eventuais despesas da CMDF, numa média de 500 euros por ano.

Quadro 31 – ORÇAMENTO

TOTAL DO 5.º EIXO ESTRATÉGICO (2015-2019)	2500 €
--	---------------

As propostas inseridas nos quadros poderão sofrer alterações anuais, consoante a sua necessidade ou viabilidade económica da sua execução. Os valores são indicativos e, nos casos em que aparecerem como financiamento municipal, apenas poderão ser devidamente executados se existir a possibilidade de candidatar estas ações a programas comunitários ou nacionais de apoio.

**Quadro 32 – ORÇAMENTO TOTAL DO PMDF**

Eixos Estratégicos	ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO TOTAL (€)					
	2015	2016	2017	2018	2019	Total/eixo
1.º Eixo Estratégico	30000	20000	15000	30000	15000	110000
2.º Eixo Estratégico	1600	1600	1200	900	900	6200
3.º Eixo Estratégico	61500	4500	4500	4500	4500	79500
4.º Eixo Estratégico	2000	2000	2000	2000	2000	10000
5.º Eixo Estratégico	500	500	500	500	500	2500
Total/ano	95600	28600	23200	37900	22900	208200
TOTAL PMDFCI						208200